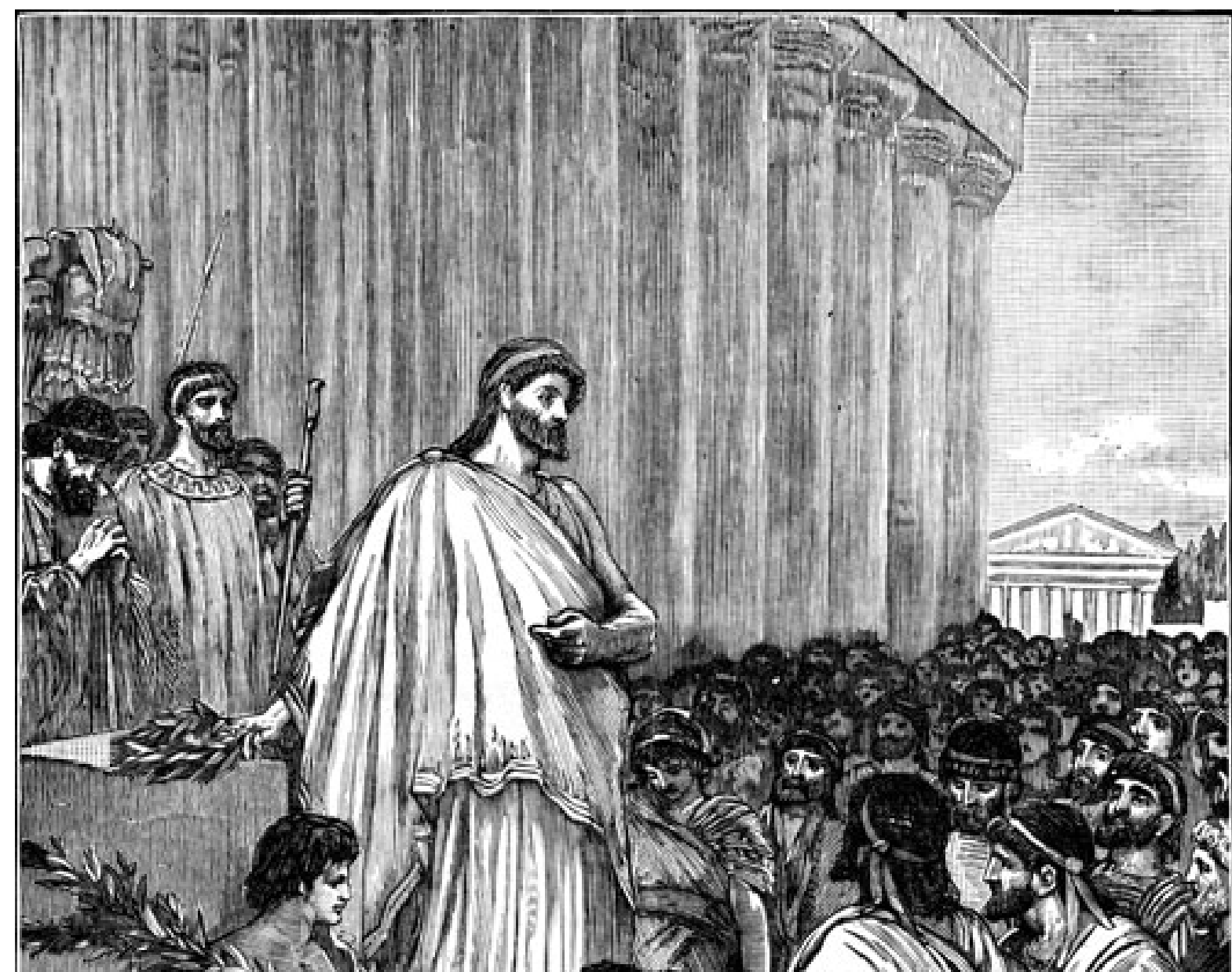


Ivani de Araujo Medina

JESUS CRISTO

UM PRESENTE DE GREGOS



Jesus Cristo

UM PRESENTE DE GREGOS

Introdução

Este texto resultou de uma curiosidade pessoal e é um pequeno resumo de alguns anos de pesquisa. Dediquei-me a este estudo como um pesquisador independente e exclusivamente interessado no encadeamento dos fatos. A ideia de que o passado deve necessariamente ligar-se com nitidez ao presente foi o norte da minha pesquisa. Princípio tão simples e seguro que ao se desdobrar em outras questões, trouxe-me conclusões surpreendentes.

Depois de situar o período que me interessava - entre os últimos séculos da Era Antiga e os primeiros séculos da Era Cristã - recorri a bibliotecas públicas. Não encontrei livro algum a tratar claramente do assunto. Até que reparei que as informações mais significativas apareciam em diversas obras como ilustrações de uma erudição nada conclusiva. Foi o bastante, pois essas ilustrações eram extremamente sugestivas, nítidas e definidas como pegadas na areia intata de uma praia deserta. Uma história à espera de um contador.

Vencer o invólucro ideológico que envolve a cultura ocidental foi o mais difícil, pois eu me encontrava envolvido por ele também. Pareceu-me muita pretensão contrariar mais de um milênio de História. Questionar diretamente historiadores renomados como Edward Gibbon (1737-1794), Will Durant (1885-1981), Arnold Joseph Toynbee (1889-1975), Edward McNall Burns (1897-1972), Henri-Irénée Marrou (1904-1977), entre muitos, seria impróprio. O respeito que cultivamos pelos nossos mestres acaba por colocá-los numa torre de marfim. No entanto, quando o motivo do questionamento pode ser demonstrado, o questionamento procede e deve ser apreciado, certamente.

Existe um antigo consenso que defende a importância da crença religiosa no seio de uma civilização, salientado pelo professor Arnold J. Toynbee. Por outro lado, é notória a dificuldade disseminada pelo poder de determinadas convicções culturais frutificadas de crenças religiosas. Não seria a História a única a escapar da influência desse tipo de poder. O ilustre professor da Sorbonne, Henri-Irénée Marrou, disse que o historiador não avança sozinho ao encontro do passado. Aborda-o como representante do seu grupo. Praticamente, todos os historiadores de renome eram ou são religiosos, inclusive os citados. A História ainda é área de domínio da religião. Todavia, como o único grupo com o qual me identifico é o humano, com suas raças, culturas, qualidades e defeitos, lancei-me à empreitada.

Confiando na minha intuição, mantive o foco nos fatos: fiz uma triagem das notícias históricas, reservando-as para uma provável acomodação num momento avançado das investigações. Imaginei que ao começar a se delinear essa história dentro da História, o rumo da minha pesquisa estaria definido. Foi o que aconteceu.

Descobri, por exemplo, que a cultura ocidental é chamada impropriamente de Judaico-Cristã, quando na realidade ela é Heleno-Judaica. E isso faz alguma diferença? Sim, muita. Porque o primeiro nome (Heleno) indica a origem, como nipo-brasileiro, ítalo-americano, greco-romano etc. O Cristianismo não é continuação e nem reforma do Judaísmo, como se faz acreditar. São muitíssimo diferentes. Portanto, a história é outra.

No período do encontro das Eras, Antiga e Cristã, o único povo capaz de promover uma transformação mundial desse porte, com capacidade e condição de criar uma nova cultura e dar prosseguimento a ela, era o povo heleno. Essa possibilidade vinha se desdobrando em episódios desde as conquistas de Alexandre Magno, até encontrar o momento propício para a sua eclosão. Não que houvesse um plano pré-estabelecido nos seus mínimos detalhes, naturalmente. O que havia era um ideal universalista e uma disputa pela manutenção da hegemonia cultural helênica, no caso helenística (uma mistura da cultura helênica com as culturas orientais, sob o aspecto religioso).

Lembrando que as palavras estão impregnadas de histórias, ainda que não conste na sua etimologia, o verbo “agregar” (de origem latina) reflete claramente o propósito do ideal universal helenístico, ou seja, juntar, reunir, congregar (aí os gregos

novamente) a Humanidade num povo só, como os gregos pretendiam (“grego” era como os romanos chamavam os habitantes da Hélade, os helenos). A religião foi o meio utilizado para isso. Os gregos se sentiam como tutores da Humanidade, como hoje se sentem cristãos e islâmicos. A propósito, o islamismo também é uma cultura heleno-judaica.

Na contramão das verdades estabelecidas eu havia penetrado num mundo estranho sem o explícito apoio didático dos prezados mestres. Curiosamente, substanciado com as evidências oferecidas por eles mesmos. Até parece que esses historiadores deixaram rastros de propósito. Quem sabe, como uma forma inconsciente de compensação pela utilização da História como um instrumento de favorecimento ideológico. Assim sendo, a conclusão é óbvia: a História mentiu. Lembrei-me de que no magistério nunca houve lugar para a rebeldia. Professores de História, assalariados pelo sistema e envolvidos ideologicamente por ele, fazem o que lhes é exigido, como peões que sempre foram da cultura dominante. A partir daí as peças desse quebra-cabeça foram se encaixando com relativa facilidade. Contrariar mais de um milênio de História já não me parecia pretensão. Quando a gente sabe o que procura, os livros acabam contando.

Ivani de Araujo Medina

Nota: Tendo em vista um preconceito milenar, devo esclarecer que o meu sobrenome “Medina” e a defesa que faço em favor da História, podem levar alguém a pensar que sou um judeu versando em causa própria. No entanto, devo informar que não sou judeu nem árabe, apenas um brasileiro com opinião própria.

Capítulo I

Iniciaremos o exame das primeiras pegadas, na areia intocada dessa praia virgem da História, observando um parágrafo da obra *História Geral das Civilizações*, de dois ilustres mestres da Sorbonne, André Aymard e Jeannine Auboyer:

“O grego era poeta e artista, apto para imaginar fábulas e formas cheias de encanto, de graça e vida. Era sábio e filósofo, inclinado a levar até a extrema audácia a reflexão sobre o universo, sobre a natureza e sobre si mesmo. Repartia-se entre uma tendência racionalista, que o conduzia às mais ousadas negações, e uma tendência mística, que seu antigo e ininterrupto contato com o Oriente sempre alimentara, mas à qual a simbiose criada pela conquista de Alexandre atribuía vigor especial.” (AYMARD; AUBOYER, 1974, t. II, vol. III, p. 20)

O primeiro aspecto deste parágrafo se refere à capacidade imaginativa desse povo, unida ao conhecimento acumulado e estimulada pela consciência da liberdade de pensamento. O segundo aspecto se refere a duas tendências do pensamento dele, que nada têm de conflituosas nesse contexto. A influência oriental numa cultura que sabia trocar proveitos com as demais, deixando uma impressão positiva aos outros povos, não gerava conflitos íntimos. Eles sabiam que só a mudança não muda. Os gregos davam um toque pessoal a tudo que absorviam. Para eles nada estava pronto, sempre vinha um “por quê?” a reformular as ideias e os métodos alheios. Após as conquistas de Alexandre o mundo antigo entrou num processo de transformação e acentuação daquela tendência mística, que se estendeu ao mundo de hoje. O pensamento moderno é consequência da história grega. Esses aspectos são fundamentais na compreensão do destino desses indícios deixados por eles na História.

Nenhum outro povo havia se empenhado tanto na busca de uma sociedade ideal. Empenho que os qualificou, sobremaneira, culturalmente. Viviam em cidades-estado (*polis*) e a atividade política consistia na busca da felicidade para os seus cidadãos. Um homem desinteressado pela política era censurado e chamado de “idiota”, cujo significado em grego é “dedicado a interesses particulares”.

Antes das conquistas de Alexandre, as cidades-estado podiam ser governadas por um só homem ou por vários. O cidadão era o indivíduo apto a governar e a ser governado. Não existiam, nessas cidades, monarcas divinizados e uma casta de sacerdotes privilegiados, auxiliando na submissão e na contenção do povo sob os diversos aspectos. Religião era coisa para mulheres e escravos. Eram ambos os seguimentos mais desfavorecidos naquela cultura, em que a religião funcionava como uma válvula de escape para manter a pressão interna daquelas sociedades paroquiais; portanto, a religião era um instrumento apaziguador do estado.

Os habitantes das *polis* tinham interesses e um passado idêntico que os unia num objetivo e numa existência comuns. A tendência era um comportamento que refletia igualdade, pois das diferenças de nível de vida, viviam de maneira muito semelhante. Criados num ambiente de reciprocidade desenvolviam a lealdade nas suas relações sociais. A vida simples dos cidadãos marcou o período clássico.

Outro aspecto interessante é que na Antiguidade o ódio não era feio. Os gregos quase faziam do ódio uma virtude e da vingança um dever. Insistiam em que os amigos deveriam partilhar ódios e afeições do mesmo modo. Para eles, não havia mal no ódio, desde que tivesse uma razão de ser, geralmente eram motivados por injúrias feitas à honra. Sempre que isso acontecia, a única solução era uma vingança sangrenta, o que explica as suas inumeráveis guerras fratricidas.

A arte e a arquitetura do período clássico refletiam a influência de um clima agradável e de uma vida voltada ao ar livre. Tanto o exterior quanto o interior das suas residências eram de uma sobriedade condizente com o valor utilitário que eles atribuíam a seus locais de moradia. A beleza grandiosa e contemplativa estava destinada aos lugares públicos, para o deleite de todos. Assim a modéstia das residências particulares contrastava com o esplendor das construções públicas onde se concentrava o esforço dos arquitetos e escultores. Passavam a maior parte do tempo fora de casa. O clima também facilitava o uso de vestes leves e o nudismo atlético, um convite ao esporte, ao teatro e à dança. Para a elite, o benefício do dinheiro era a despreocupação com o sustento e a possibilidade de se dedicarem, por mais tempo, aos prazeres sociais, intelectuais e à atividade política. Viviam pelo aprimoramento humano, pelas artes, pelo bem-estar comum, pela administração pública e pela guerra.

Tudo isso contava com dois suportes fundamentais a um intenso e proveitoso convívio social: a educação e o ensino. Nenhuma outra cultura havia se desenvolvido com tanta vitalidade e empenho, sob esse aspecto, quanto a cultura helênica. Além de formar o homem, a educação deveria, sobretudo, formar o cidadão. A finalidade cívica da educação se equilibrava com as finalidades espirituais no primeiro plano. A educação e o ensino focavam o homem na sua essência, como o resultado de um firme e equilibrado domínio de si mesmo. Os gregos entenderam que a educação havia de ser um amplo processo de construção consciente. O desenvolvimento do corpo e do espírito, de forma equilibrada e harmônica, expressava a aceitação de uma realidade irrecorrível para o Homem - a sua própria existência. Esse é o processo de formação do homem da *polis*, do homem universal numa realidade política patriótica, mas não nacionalista. O helenismo se ocupava da criatura humana, e não objetivamente do grego. O estrangeiro que se adaptasse ao modo de vida da *polis* era considerado um deles. No entanto, o apreço acentuado dos helenos pela própria cultura os elevava intimamente à condição de senhores e reduziam os demais à condição de escravos. Escravizar um grego, nunca. Escravizar um indivíduo não-helenizado? Problema algum.

A educação e o ensino atravessaram, pelo menos, duas fases marcantes no mundo grego. A influência de moralistas egípcios trouxe alterações importantes na educação moral ensinada pelos poetas. Depois disso, os mitos dos deuses passaram a ser contestados, tidos por Platão como perniciosos na formação dos jovens. Sócrates, mestre de Platão, foi o responsável por essa mudança. Admitiu a existência de uma natureza moral do Homem, e nela, deveriam ser procurados os elementos determinantes da finalidade da vida e da educação. Ele sustentava que o conhecimento aprofundado dessa natureza possuía validade universal. Atribuindo, assim, uma única origem à Humanidade e Sócrates não leu a Bíblia.

Esse conceito, que Sócrates adquiriu no Egito, recomendava que o conhecimento devesse ser desenvolvido pelo próprio indivíduo, de sua própria existência, devendo este ser instruído adequadamente para isso (coisa que na cultura ocidental, até hoje, não aconteceu). O conhecimento não podia ser adquirido pela simples aceitação das opiniões alheias (a imposição de um modo de pensar ou de uma crença, como aconteceu), mas somente pela procura e pelo assentamento íntimo da verdade universalmente válida. Mais tarde, o gnosticismo bateria nessa mesma tecla. Foram esses os ideais educativos que se desenvolveram a partir do século IV da Era Antiga e

tiveram o seu sepultamento iniciado a partir do século III, em decorrência das conquistas de Alexandre.

A propósito, no Ocidente, para efeito didático, convencionou-se que a contagem do tempo da Era Antiga seria decrescente. Por exemplo, quando um período estiver referenciado do tipo (332-263) está se falando da Era Antiga, por isso o século IV vem antes do século III. Enquanto a contagem da Era Cristã é de ordem crescente, evidentemente. Assim sendo, como não existe o ano zero, o século I da Era Antiga é vizinho de porta do século I da Era Cristã. É importante esse esclarecimento para não confundir os leitores pouco acostumados com esse tipo específico de leitura.

Datando do princípio do segundo milênio da Era Antiga, o conhecimento da arte da navegação propiciou aos gregos o estabelecimento de colônias na Ásia Menor - onde hoje é a atual Turquia - em Chipre e na Síria. Tal espírito de aventura levou-os a construir cidades no Ocidente, como Marselha, Criméia e chegaram a instituir a “Magna Grécia” (Grande Grécia), colonizando a Sicília e o sul da Itália. Souberam tirar um grande proveito desses territórios extensos, e mais ricos do que o da sua pátria, em função de uma vida esplendorosa. A cultura helênica era o fator de integração entre essas cidades e venerada com uma devoção inabalável (o culto ao helenismo).

Em 499 da Era Antiga, quando os súditos gregos asiáticos se rebelaram, quando viram frustradas suas pretensões políticas e comerciais junto ao soberano da Pérsia, e receberam apoio dos gregos atenienses, parecia que o Império Persa engoliria completamente o mundo helênico. O Império Persa era a mais bem organizada, a mais populosa, a mais rica e conciliada estrutura política jamais erigida; compreendia a Pérsia territorial, a Ásia Central, a Ásia Menor, a Mesopotâmia, a Síria, a Palestina e o Egito. Dario I (521-486), desejando a criação de um estado universal, organizou o império com base no poder absoluto do soberano, imperador hereditário, cuja autoridade, afirmava ele, emanava da vontade dos deuses.

A autoridade do governante asiático se apoiava em leis imutáveis consideradas divinas; entretanto, os gregos sabiam que as leis eram feitas pelos homens e para os homens. Se uma lei estivesse em desacordo com a época, podia ser mudada por interesse e consenso comuns. Já o poder divino do imperador persa contava com a estabilidade da religião de cada um dos povos conquistados. Na Pérsia, invocava Ahura Mazda ou Ormuz; em Babilônia, Marduque; no Egito, Amon. E onde não existia teoria dinástica com base divina, Dario I procurou estabelecer, com os magos persas, uma

religião monárquica de tendências universais. Dotou os templos de Éfeso, Sardes, Pessinonte, de um clero persa, que neles introduziu, com as ideias masdeístas, a moral de Zoroastro, que alcançava, pela ideia do além sobre a qual fora concebida, os cultos de mistérios que triunfavam então em todos os países mediterrâneos.

Depois que as tentativas de Dario I e do seu sucessor Xerxes (486-465) falharam na intenção de estender o Império Persa até a Grécia Continental, as relações entre persas e gregos conheceram um período amistoso. A influência persa sobre a política grega foi tão grande, que parecia serem os persas eram os vencedores. Muitos gregos sentiram-se atraídos pelas oportunidades de emprego naquele rico e fascinante império. Não foi pequeno o número de gregos que se engajaram no serviço militar e diplomático do Império Persa. Essas experiências enriqueciam sobremaneira o repertório histórico, político e cultural dos gregos.

Nos séculos VII e VI da Era Antiga, os gregos da Ásia Menor (como os romanos a chamavam) ou da Anatólia (como os gregos a chamavam, significa “brilho do Sol” ou “Leste”) não mostraram o mínimo constrangimento em aprender novos e mais requintados costumes com os seus vizinhos lídios. Nessa época, o papel principal da vida civilizada grega era desempenhado pelos helenos asiáticos. As tradições do Império Hitita haviam sobrevivido nos reinos da Frígia, Lídia e Lícia, dos quais a Lídia estava mais próxima dos gregos. Foram os lídios os principais civilizadores dos helenos. Foi na Ásia Menor, onde estavam em constante contato com o Oriente, que os gregos encontraram o caminho do progresso, remodelando o que recebiam e dando-lhe um caráter novo. Desconheciam tradições e regras inalteráveis, cada explicação não era mais do que o ponto de partida para novos questionamentos. Essa faceta do espírito grego os acompanha indefinidamente na História.

Entre os grupos gregos que colonizaram a Ásia Menor, predominavam os jônios. Sobre os demais grupos (dórios, eólios e aqueus), tinham estes a vantagem de reunir as qualidades dos outros e uma notável variedade de aptidões, gostos e ideias, que tiveram no Oriente uma excelente oportunidade de florescimento. As cidades da Jônia, na costa da Lídia, além de aprimorar a indústria e o comércio e estendê-los à Grécia Continental e às demais colônias, produzia novas formas de arte e de pensamento. Mileto, como outras cidades da Jônia, passou por importante desenvolvimento econômico e político nos séculos VII e VI. Mantinha boas relações com a Lídia e o Egito, de onde também recebeu influências. A Lídia mantinha relações culturais com a Babilônia, que detinha

conhecimentos avançados na matemática e na astronomia. Foi em Mileto, no século VI que surgiram os primeiros filósofos, como Tales e Anaximandro. Anaximandro afirmava que todas as coisas provinham de uma única substância primária, que era infinita, eterna e sem idade. Havia um movimento eterno no qual se produziu a origem dos mundos. Estes foram evoluindo e constituindo a vida a partir da água. O homem e os outros animais provinham dos peixes.

Nesse oceano de curiosidades, a influência religiosa e científica babilônica preocupava-se mais com a prosperidade neste mundo do que a felicidade no outro (como no caso egípcio), se dedicava ao estudo das ciências dos deuses (significado do termo teologia). A Mesopotâmia, onde se situava a Babilônia, era uma fonte riquíssima de conhecimentos de toda ordem aos anatolianos. Lá, tiveram origem as cidades.

Diferente das cidades litorâneas gregas, onde a cultura, a indústria e o comércio se desenvolviam vigorosamente, no interior da Ásia Menor, sobre vastos planaltos que se estendiam até o começo da Ásia central, outra realidade se ligava ao mundo helênico pelas estradas. Lá não havia cidades ricas e populosas, mas imensas florestas, campinas cobertas de linho e trigo, pastagens e rebanhos. Eram os domínios das antigas monarquias, apartados do desejo do saber e das demais influências da vida urbana. Bandos de gauleses imigrados no terceiro século e uma mistura de frígios e celtas avizinhavam-se de raças bárbaras, rudes, incapazes de iniciativa, prontas a servir como escravas ou tomarem armas por ordem do soberano, venerando seus sacerdotes e deuses. Uma mentalidade despida de qualquer espírito político e cultura intelectual, entregue a um misticismo grosseiro.

Havia uma troca permanente entre as cidades gregas mediterrâneas e as monarquias do planalto. Pelas estradas que levavam à Pérsia, as matérias-primas como o linho, as peles, lãs, madeiras, minerais chegavam ao destino, onde eram transformadas em produtos, e retornavam como mantas, peças de mobiliário etc. As cortes dessas monarquias haviam adotado as modas gregas. A crescente demanda da mão-de-obra escrava era suprida por camponeses frígios, lídios, capadócios e do vasto reinado do Ponto. Para estes, não era cruel nem desonroso vender os próprios filhos.

O helenismo da Ásia havia perdido uma boa parte do seu espírito político e se deixara impregnar pelo espírito religioso local, em detrimento das antigas convicções, que já não se prestavam a essa realidade promissora. Os trabalhadores necessitavam da sua religiosidade nativa; os gregos do trabalho deles. Em vista disso, as altas classes

compostas por ricos negociantes não se importaram de trocar o antigo civismo pelo enriquecimento dos cultos indígenas, consagrando aos deuses parte do tempo que deveriam consagrar ao Estado. Acolheram os deuses indígenas nos seus suntuosos templos, prestigiando a cultura dos peões da indústria e do comércio, e suas festas frequentes assumiram um lugar de destaque na vida pública e particular dos gregos asiáticos (manipulação da cultura de massa).

Como esses gregos tinham um comércio muito intenso, os interesses das suas cidades da Ásia Menor iam muito além dos seus territórios. A ordem, a paz e a tranquilidade eram fundamentais nesse processo que o helenismo escolhera para cumprir seu plano de dominação econômica e intelectual sobre os outros povos. Depois das conquistas de Alexandre, o ouro acumulado nas cidades gregas da Ásia Menor deu-lhes luxo, estimulou as artes e as letras e aumentou a pompa das cerimônias religiosas. Dessa forma a monarquia havia, então, se credenciada para levar adiante o ideal universal helenístico.

As vitórias militares de Alexandre Magno (365-323) sobre o imperador persa Dario III (380-330) - em continuidade ao projeto do seu pai, Felipe II, de acabar de vez com esta ameaça - fez dos gregos herdeiros de um vasto império. Como consequência, essa herança revolucionou o antigo modo de vida helênico. Oportunidades inimagináveis de emprego e negócios surgiram na administração e no comércio dos países conquistados. No Egito, por exemplo, aos nativos sobravam funções que os gregos rejeitavam, e foi assim que a sua cultura ganhou o mundo e consolidou posições por mérito próprio. As outras culturas tiravam-lhe o chapéu.

De acordo com Plutarco (46-119), historiador grego da Antiguidade, “Era sua vontade (de Alexandre) tornar a terra habitável sujeita à mesma razão e todos os homens cidadãos do mesmo governo” (uma única lei e um único governo para o mundo). Estava lançada a semente do ideal universal helenístico para a conquista moral de um novo mundo. Moral significa costumes, e eram os costumes helênicos que deveriam prevalecer. Alexandre havia se tornado um entusiasta do poder divino do soberano persa e se considerava um semideus, para o desgosto dos seus companheiros. Passou a trajar-se à moda persa ostentando um diadema na cabeça como o Rei dos reis.

No luxuosíssimo Império Persa, um cerimonial severo aterrorizava os súditos e tornava religioso o acatamento ao soberano. O seu domínio era quase sobrenatural. Na sala de audiências, a “apadana”, um quadrado de 43,50m de lado, teto construído de toras de cedro sustentado por colunas de 1,60m de diâmetro e 20,00m de altura, tudo ricamente trabalhado e decorado com muitas cores, o rei tomava assento no seu maravilhoso trono, com o brilho e a distância dos simples mortais como aquela representação exigia. Dessa maneira, recebia os sátrapas (a administração persa era dividida em satrapias, onde esses vice-reis dispunham igualmente de cortes luxuosas) vestidos com seus elegantíssimos trajes regionais, que se prostravam diante do trono, antes da prestação de contas. Associados, o luxo e o “poder divino” impressionam e coagem o espírito humano há muito tempo. Uma receita de sucesso.

Com a consumação da queda do Império Persa, em 325 da Era Antiga, depois que uma espantosa quantidade de riqueza acumulada naquele tesouro foi transformada em moeda corrente, a cultura grega nunca mais seria a mesma. O surgimento de uma burguesia rica, culta, influenciada pelo requinte e pelo luxo da administração persa e profundamente sugestionada com a troca de conhecimento com o Oriente, mudaria o mundo. O historiador alemão Droysen (1808-1884), ao referir-se à cultura desenvolvida nas regiões conquistadas por Alexandre, qualificou-as de helenísticas, para distingui-las da cultura original, ou helênica.

Depois da morte de Alexandre, em 323, o seu reinado mundial desfez-se imediatamente. Após um período de lutas entre os seus generais, em 281 foi feita a partilha: Cassandro ficou com o reino da Grécia e da Macedônia; Ptolomeu, com o reino do Egito; Seleuco, com o reino da Síria, Pérsia e Mesopotâmia. Assim surgiram as monarquias helenísticas e uns pequenos reinados gregos de pouca duração, na Índia. Como no mundo grego, a Índia era composta por diversas cidades-estado e um intercâmbio cultural se deu entre gregos e hindus. Um dos soberanos desses reinados hindus que se chamava Açoca teve a fama de conquistador sanguinário; depois de provocar, presenciar e experimentar muito sofrimento casou-se com uma princesa de família budista. A vida desse rei se transformou: abandonou as batalhas e passou a se dedicar à divulgação do budismo. Enviou, em meados do século III da Era Antiga, missionários para as cortes de Antíoco II (Síria) e de Ptolomeu II (Egito), e até mesmo de Antígono Gonatas na Macedônia, e de Magas, em Cirene (na atual Líbia). O hábito cristão

de rezar com as mãos postas junto ao peito e o batismo (imersão) são hábitos religiosos de origem hindu.

Na confrontação da Grécia com o Oriente, provocada pela conquista de Alexandre, é difícil medir o que o Oriente forneceu à civilização helenística, por assim dizer, nada na literatura e na ciência, um pouco mais na arte e na filosofia, e quase tudo na religião. (LÉVÊQUE, 1967, p.160).

Atenas continuava conservadora e com muitos devotos, era considerada a Hélade das Hélades. Enquanto isso, as monarquias helenísticas se abriram a novos costumes e conhecimentos. A cidade de Alexandria, no Egito, foi construída para superar Atenas. Não seria exagero dizer que os orgulhosos gregos dessa época acumulavam todo o conhecimento da Humanidade. Havia um anseio por transformação ainda indefinido, sem rosto, sem nome e sem rumo, latente no mundo antigo. A vocação universalista da cultura helênica encontrou, no período helenístico, a possibilidade de expandir o ideal educacional da *polis* para o *oikoumenê* (as terras habitadas). Não sem motivos, os gregos sentiram-se capacitados a liderar o progresso existencial da Humanidade.

O Ocidente jamais seria o mesmo.

Capítulo II

Nos passos dessa transformação ocidental, outro historiador importante, o britânico Paul Johnson, em sua obra *História dos judeus*, comenta sobre o orgulho grego e sinaliza sobre as suas consequências:

Os gregos viam seu oikoumenê, isto é, o universo civilizado onde suas ideias prevaleciam, como uma sociedade multirracial e multinacional, e aqueles que recusavam a aceitá-lo eram inimigos do homem. Em sua grande ofensiva contra o Judaísmo mosaico, Antíoco Epífanes jurou abolir as leis judaicas “prejudiciais” à humanidade, e ele sacrificou porcos sobre os livros sagrados judaicos. (JOHNSON, 1989, p. 138)

Como tutores da Humanidade, os gregos não admitiam contestação na seara cultural deles ou nas inúmeras cidades que espalharam pelo Ocidente e pelo Oriente. Por outro lado, os judeus queriam continuar judeus e residiam nas mesmas cidades praticando suas crenças e costumes. Esse modo de pensar helênico levou o soberano da Síria grega, Antíoco IV Epífanes (175-164), a tentar aculturar de vez os judeus, impondo-lhes os seus costumes (a Judeia fazia parte daquela monarquia). Conta-se que sacerdotes de Jerusalém e parte da juventude haviam deixado se seduzir pela cultura helênica. Jovens judeus chegaram a praticar jogos nus, como faziam os gregos, o que irritou profundamente os conservadores judeus. Sob o pretexto de uma intervenção, devido às lutas entre duas facções judaicas (conservadores e pró-helênicos), Antíoco invadiu Jerusalém e saqueou o tesouro do templo, para reduzir seus prejuízos causados por uma desastrosa campanha militar no Egito. Liderados por Matatias e seu filho Judas, o Macabeu, os judeus venceram essa guerra e fundaram um reinado independente, que daria origem à dinastia ashmoneana, homenagem a Ashmon, avô de Judas.

Essa derrota não foi somente militar e política, foi principalmente uma derrota cultural. A única sofrida pelos gregos na sua história, e um espinho que ficou encravado no orgulho deles. Por viverem numa sociedade fechada, impermeável aos costumes alheios e proibindo casamento com estrangeiros, os judeus vinham aguçando a antipatia da intelectualidade grega. Enquanto a cultura helênica buscava o aprimoramento humano à la grega, a cultura hebraica buscava a perenidade do seu povo.

Essa rejeição antiga não se tratava, absolutamente, de uma atitude proveniente de um grupo isolado de intelectuais insatisfeitos. Era algo muito maior e profundo, tratava-se de uma cultura enfurecida contra outra. Não ouvimos falar em guerras culturais ou coisa parecida, mas batalhas aconteceram e dessa guerra não se deu notícia. O que é no mínimo sintoma de alguma coisa séria e ainda carente de explicação.

É interessante se observar que há uma significativa predominância de historiadores seguidos por filósofos nessa guerra cultural contra o Judaísmo. O historiador dessa época era extremamente influente na sociedade, como um grande erudito, prestigiado pelo conhecimento e pela natureza da sua função social, enquanto o filósofo era a própria elite intelectual. Para o bem ou para o mal, as ideias deles circulavam em todas as cidades. Havia um aquecido comércio de livros, e a importância destes na vida dos gregos helenísticos é claramente provada pelas descobertas de exemplares completos ou de folhas esparsas nas casas e nos túmulos gregos, nas cidades ou mesmo nas aldeias dessas monarquias helenísticas, especialmente no Egito. A maioria desses intelectuais procedia de cidades gregas da Ásia Menor e também de cidades da Síria e do Egito gregos: Clearco de Soli (filósofo da escola de Aristóteles), Diodoro Sículo (historiador), Queremon (historiador), Lisímaco, Apolônio Mólou (retor), Apion (professor de literatura e escritor), entre outros tantos.

Maneto, o historiador egípcio, espalhou a história de que os judeus haviam sido expulsos do Egito, havia muitos séculos, por sofrerem de escrófula ou lepra. O preconceito anti-semita intensificava-se de ambos os lados e, no século I da Era Cristã, estalou com destruidora violência. (DURANT,1971, p. 468)

Maneto ou Maneton, um intelectual muito cotado em sua época (século III da Era Antiga) é o mais conhecido e antigo inimigo da cultura judaica e do povo judeu. Era ligado à política dos Ptolomeus (dinastia grega que governava o Egito) que encomendaram a Maneton a concepção de uma religião de exportação a partir de elementos gregos e egípcios. Depois das vitórias de Alexandre a preocupação com a concepção de uma religião universal sempre esteve em pauta.

Para consolidar sua aspiração universalista e a definitiva vitória sobre o Judaísmo, o mundo grego teria que passar por reformas. Vão-se os anéis, mas ficam os dedos. O antigo culto à pátria, com os deuses das cidades, se mostrava ineficaz a essa pretensão. Além do mais, na Ásia Menor esse culto havia dividido o lugar com os deuses nativos em favor da prosperidade da indústria e do comércio. O mundo havia mudado muito e os gregos precisavam mudar o seu conceito de religião diante da nova realidade. Mudar para permanecer.

Apenas a religião persa de Ahúra Mazda havia experimentado o gostinho de um reinado mundial. Ainda assim, sem poder absoluto sobre os países dominados. De qualquer maneira, a próxima religião a ser inventada já sabia como não deveria ser.

O episódio que estalou no século I da Era Cristã com destruidora violência, ao qual se refere o professor Will Durant, foi a guerra romano-judaica de 66-70/3 (a vitória romana foi em 70, mas a fortaleza de Massada resistiu até 73), cuja importância ficou minimizada na História. Acabou parecendo um simples conflito entre os dominadores romanos e os dominados judeus. No entanto, informações fragmentadas apontam para outro lado, um lado que se evita comentar para não causar embaraços à cultura dominante.

[...]. Consequentemente é importante compreender que a revolta judia contra Roma era, no fundo, um conflito entre a cultura judaica e a grega. (JOHNSON, 1989, p. 124)

Durante a pesquisa pareceu-me que somente o historiador Paul Johnson se referiu ao fato com todas as letras. Os judeus eram amistosos com os romanos e bons pagadores dos tributos.

Enquanto os judeus assim desfrutavam de governo próprio, pareceu a Roma que, lisonjeando-os nessa posição, eles seriam menos cansativos que os gregos e mais aptos a suportar o poder administrativo. Por isso, Augusto, ao mesmo tempo em que refreava os gregos alexandrinos, confirmava os privilégios judaicos. (GRANT, 1977, p. 61)

Eram os gregos que davam trabalho aos romanos, especialmente os de Alexandria, no Egito, e os da Palestina com seu antis-semitismo ferrenho. O imperador Cláudio (41-54) se viu obrigado a mandar enforcar alguns deles em 53. Estes foram canonizados como mártires antis-semíticos. É grega a origem do antis-semitismo, dos gregos daquela época, bem entendido.

A guerra romano-judaica foi uma cilada preparada contra o Judaísmo e um atentado contra o templo de Jerusalém. Por trás disso encontravam-se civis e militares gregos a serviço do governo imperial romano. A influência e a participação direta dos anatolianos, escravos libertos que haviam se entranhado no governo imperial, foi num crescente tal dominando Roma que favoreceu seus interesses ocultos. O próprio imperador Cláudio introduziu o costume de chamar para seus ministros e principais conselheiros políticos esses cultos, talentosos e abastados libertos, que possuíam um poder jamais atingido por um senador. Os três secretários de Estado: Palas (Finanças), Narciso (Secretaria de Estado) e Calisto (Petições), são bons exemplos de tal situação. Também Nero (54-68) esteve envolvido por poderosos e temidos libertos, como Paris, Hélio e Epafrodito.

Esses ex-escravos se serviam dos romanos para a sua política antis-semita e, injustamente, os romanos passaram para a História como inimigos dos judeus. O professor Will Durant conta que Palas nomeou seu irmão Félix como procurador na Judeia. Esses procuradores instituíram uma tradição de corrupção e maus tratos aos judeus, que culminou com a nomeação de Géssio Floro (64-66). Foi este o último procurador na Judeia e o deflagrador da guerra. Nomeado para o posto e transferido da Ásia Menor, Géssio Floro ultrapassou todas as medidas. Provavelmente, acreditavam os gregos que a destruição do Templo e a interdição de Jerusalém aos judeus fossem fatais ao judaísmo, que se encontrava num processo de estrangulamento cultural. Corte a cabeça que o corpo cai.

A manipulação política por trás dos panos, desse poder anatoliano, se serviu também da insatisfação dos rejeitados galileus nessa cilada. O Judaísmo galileu devia ser escrito entre aspas, por causa da falta de assistência cultural da parte dos judeus.

Não existiam sinagogas na Galiléia nos séculos I e II. Surgem só na metade do século III. (HORSLEY, 2000, p. 121)

Em 78 da Era Antiga, os ashmoneanos conquistaram e absorveram a Samaria, Edom, Moab, Galileia, Idumeia, Transjordânia, Gadara, Pela, Gerasa, Ráfia e Gaza. O judaísmo e a circuncisão foi um processo que os descendentes dos ashmoneanos impuseram aos seus novos súditos pela força da espada. O pouco que os galileus assimilaram da religião judaica teve um custo muito elevado para uma gente humilde e feroz defensora dos próprios costumes. Portanto, sempre houve muito ressentimento entre os judeus convertidos e os judeus tradicionais da Judeia, que os desprezavam.

[...]. Geralmente, porém, Josefo faz distinções claras entre os galileus e idumeus e os judeus como ethnoi ou povos distintos. (HORSLEY, 2000, p. 33).

Na árida Jerusalém, o esforço dos moderados que compunham o núcleo do Judaísmo tradicional (saduceus e fariseus) e o governo judeu instituído pelos romanos (Herodes Agripa II), contra a exacerbação da periferia do Judaísmo, especialmente a dos zelotas, precisava de muito pouco para ser anulado por uma guerra civil. A liderança judaica devia estar perfeitamente consciente da dificuldade que enfrentava interna e externamente, e do perigo que representava essa massa de manobra composta de convertidos sob influência grega. Os radicais zelotas, ou zelotes, conhecidos também como sicários, eram um grupo agressivo e desejoso de guerra que apunhalavam na multidão aqueles que consideravam colaboradores dos romanos, provocando a ira dos dominadores, segundo Flavio Josefo (historiador judeu que lutou nessa guerra e depois se aliou aos romanos) Os zelotes haviam surgido no tempo do procurador Félix (52-60), irmão de Palas, o secretário das Finanças de Cláudio. Seus adeptos provinham das

camadas mais pobres do campo e da cidade, compostos de jovens descendentes de convertidos, com os hormônios e a rebeldia à flor da pele. Em Jerusalém, eram considerados impuros e valiam menos do que uma mulher de uma família tradicional.

Os judeus da Judeia desprezavam os galileus como sendo gente atrasada, como os galileus desprezavam os da Judeia como escravos manietados na teia da Lei. E havia também o perpétuo atrito entre judeus e samaritanos. (DURANT, 1971. vol. III, p.415).

Essa guerra de 66-70/3 foi um dos episódios mais sanguinolentos resultantes do ardiloso anti-semitismo grego. A Judeia foi devastada, Jerusalém incendiada, o Templo destruído e centenas de milhares de judeus foram mortos. Foi o golpe mais duro que o judaísmo sofreu.

A astúcia desses libertos precisava de contenção. Os romanos haviam sido usados como um aríete contra os portões do Judaísmo. A obstinação de destruir o Judaísmo e a exploração política da situação de miséria dos convertidos mostrava o quão perigosos eram aqueles para a administração romana. Perigo esse que Vespasiano – experiente general incumbido por Nero para por fim à rebelião na Judéa e que posteriormente tornou-se imperador (69-79) - soube identificar. Vespasiano, Trajano e os seus sucessores julgaram imprudente confiar de tal modo em ex-escravos; e os cargos de secretário de estado foram doravante preenchidos exclusivamente por romanos da classe dos cavaleiros. Finalmente, Roma começava a despertar para o que se passava debaixo do seu nariz. Entretanto, a cultura romana continuou sob o domínio grego. Esse é o ponto fundamental.

Capítulo III

Duvido que alguém tenha aprendido no ensino formal o que foi exposto até agora. Certa vez, uma professora, que fazia ou faz parte do laboratório de História Antiga de uma importante universidade do Rio de Janeiro, me perguntou se esse confronto cultural entre gregos e judeus havia mesmo acontecido. A especialidade dela era outra. Fiquei perplexo. Não critico a professora e, sim, o ensino. O conhecimento desse confronto é mais proveitoso ao entendimento contemporâneo do que a descoberta de Colombo. Como essa história dentro da História ainda não saiu da sombra, organizada e publicada por um reconhecido doutor historiador, os servidores da cultura dominante não se veem noutra alternativa.

[...] as universidades não podem ser mais universais do que as pessoas que ensinam e aprendem dentro de suas paredes. Poucos são aqueles que vão além do aprendizado da moda de seu tempo, [...] (DAVIES, 2000, p. 58)

O desejo de aprender nasce com o indivíduo, de modo que o ensino se evidencia como o modelador de sua mente e dos valores que o orientarão por toda vida. Aquilo que é ensinado como verdadeiro ou falso, como bom ou mal, estabelece dessa maneira o conceito de verdade. Essa verdade está ligada às experiências passadas e às conclusões extraídas por aqueles que gerenciavam o conhecimento. O conhecimento fez com que os acontecidos fossem registrados com a intenção de se levar adiante um determinado entendimento da verdade, e não, simplesmente, preservar a memória. Seria surpreendente se a História estivesse isenta desse aspecto partidário.

O fato é que lidamos com uma verdade estabelecida, encapsulada numa historicidade considerada intocável por alguns e falseada por outros. Essa polêmica é muito antiga, mas estava restrita ao meio intelectual, envolvida num particularismo que não se estende ao entendimento comum.

A verdade histórica é a mais ideológica de todas as verdades científicas [...] Os termos de subjetivo e de objetivo já não significam nada de preciso desde o triunfo da consciência aberta [...]. A verdade histórica não é uma verdade subjetiva, mas sim uma verdade ideológica, ligada a um conhecimento partidário. (ARON cit. por Marrou, s/ data, p. 269)

Desde o século IV da Era Cristã os gerentes do conhecimento impõem sua verdade ao ensino.

A humanidade teria então uma história comum e uma direção única: a vitória romana e a salvação cristã. A história da salvação romano-cristã reúne tempo e eternidade, história e Cristo. Foi uma ideia absolutamente nova, que nem os judeus haviam chegado a formular, obcecados com a ideia de “um povo eleito”.[...] Os eventos históricos eram manifestação de Deus, cuja vontade devia ser decifrada. O destino das nações, as lutas políticas se submetiam à vontade divina. Essa ideia nova criou uma história nova – a história universal. (REIS, 2003, p. 19)

Dando prosseguimento a essa política educacional, Inácio de Loyola (1491-1556), por exemplo, fundador da ordem da Companhia de Jesus, ensinava que, se a Igreja decidisse que o branco era preto, o dever de seus filhos era acreditar. Havia missionários jesuítas na África, no Japão e na China, na América do Norte e do Sul. Fundaram, aos milhares, colégios e seminários na Europa e na América e insinuaram-se também em instituições mais antigas. Durante séculos, detiveram o monopólio da educação na Espanha e um quase monopólio na França. Os métodos de coerção utilizados por milênios fundaram o atual e lacunar conceito de verdade, histórica inclusive.

Se um simples acidente de trânsito é capaz de gerar diversas versões da parte daqueles que o presenciaram, por que sobre a História Universal não encontramos um único livro com uma versão diferente, que mostrasse como, de fato, ocorreu o processo de transição da Era Antiga para a Era Cristã e as suas verdadeiras causas? Até hoje isso parece natural. Mas não é.

Por pura coerência, a nossa intelectualidade encontra-se sentimentalmente e existencialmente impossibilitada de se envolver com a verdade mais simples. Por isso, não devemos contemplar a História com os olhos que ela nos deu. O passado, sob o olhar crítico do presente, no mínimo pode render boas questões. Portanto, precisamos ter, ao menos, uma pequena noção das forças culturais exercidas sobre a História.

O professor Marrou, um vigoroso cristão e célebre historiador, aconselha que, ao pretendermos lidar com a História, o primeiro passo é definir a pergunta a ser feita ao passado. Assim sendo, no encaicho das pegadas, o abordaremos com a seguinte pergunta: Por que seguimos os judeus?

Muitos já se fizeram essa pergunta em algum momento da vida. Os judeus são desafetos culturais do mundo cristão. Nascemos ouvindo falar mal deles. Até hoje, alguns chegam a dizer que Hitler estava certo. Contam histórias absurdamente ridículas para satisfazerem inconscientemente os apelos dessa herança malsã. Pessoas que não têm em suas vidas nada que justifique esse ódio, pensam assim. Apesar de tanto, o envolvimento cultural faz pouco caso da inteligência e não deixa ver o quanto é estranho o acatamento do Antigo Testamento. Não faz sentido se adotar o livro sagrado de um povo sob tamanha inclemência crítica e seguir orientado por suas tradições. Se a luz da História ainda não ilumina aí, é porque ainda não iluminou a si mesma.

A pressão exercida pela cultura hebraica sobre a cultura ocidental tem uma história embaraçada: na época das monarquias helenísticas a população judaica era considerável, inclusive, nas inúmeras cidades que os gregos fundaram no Oriente. Agrupavam-se principalmente em quatro zonas: Babilônia, Síria, Ásia Menor e o Egito possuindo cada uma um milhão de judeus, o que era muito para a época. Também em grande proporção encontravam-se nas ilhas do mar Egeu, na Grécia, na Itália, na Hispânia (nome dado pelos romanos a toda Península Ibérica), na Cirenaica (na atual Líbia) que também já foi chamada de Atenas da África, cuja capital era Cirene. Os judeus trabalharam na construção, na remodelação ou na expansão de muitas dessas cidades. Eram súditos leais e dedicados. Como seus costumes eram conhecidos e seu trabalho precioso, alguns soberanos das monarquias helenísticas não implicavam com eles, inclusive o Senado romano relacionava-se bem com os ashmoneanos.

Quando Roma começou a importar trigo egípcio, eram os mercadores judeus de Alexandria que em seus barcos transportavam o produto. Percebendo os gregos que haviam fracassado na helenização dos judeus, começaram a temer pelo próprio futuro, num Estado em que a maioria continuava persistentemente oriental e se reproduzia com tanta intensidade. (DURANT,1971, p. 468)

Entretanto, como a tradição judaica não permitia o casamento com estranhos, agrupavam-se em bairros próprios, crescendo e multiplicando conforme a Torah (a lei). No século I da Era Cristã a população judia é estimada entre 8 a 10% da população do mundo conhecido. Os helenos pressentiam a ameaça à sua devotada cultura com a incontida procriação dos judeus e a crescente curiosidade popular por aquele modo de vida. As conversões estavam em alta. O mundo hoje poderia ser judeu e quase ninguém sabe disso.

Registram-se conversões por toda parte - sobretudo das mulheres, porque muitos homens consideravam a circuncisão repugnante - e forma-se uma categoria de meio-convertidos, os sebómenoi (os que temem a Deus). (LÉVÊQUE, 1967, p. 50)

Vista pelos gregos como uma mutilação absurda, a circuncisão era um impedimento ao progresso decisivo do Judaísmo nas classes baixas. Os habitantes daquelas cidades já não tinham interesses e um passado comum como os helenos de outrora. A diferença de nível de vida fazia-os viver de maneira muito diferente e os deuses das cidades não os ajudavam nisso. Mais um motivo para o enfraquecimento do culto à pátria como um culto religioso. O deus dos judeus era outro, voltava-se ao indivíduo, prometia proteção e prosperidade em troca do cumprimento da sua lei. Exigia um tipo de lealdade que não ofendia o Estado. Um grande problema para os inimigos do judaísmo estava ali enunciado e pedia uma solução à altura.

Na época, o conceito de divindade e religião era bem diferente dos de hoje. O Judaísmo não é uma religião transcendente. Ocupa-se unicamente da vida que se leva, carnal por assim dizer, e de nada mais. Uma política religiosa para a condução do povo,

na qual está claramente expresso o que deve e o que não deve ser feito. Do ponto de vista helênico, como já foi dito, religião era coisa de mulher e escravo, os mais desfavorecidos naquela sociedade. O Estado havia estabelecido os deuses cuja veneração era indispensável para o bom comportamento dos cidadãos. A religião era, em essência, um fenômeno político. Assim sendo, em ambas as culturas, a religião tinha um valor utilitário, cujo objetivo era o bom comportamento dos cidadãos. Sendo que na primeira, prestigiava-se implicitamente o próprio povo, e na segunda, explicitamente o Estado.

O futuro dos gregos e de tudo o que eles haviam construído estava em jogo e dependia da religião naquele momento histórico. O assunto de mulheres e escravos tornara-se assunto de segurança cultural.

Capítulo IV

A conquista romana do mundo grego, ao mesmo tempo em que insinuava a criação de um estado universal, se mostraria como um cavalo de Troia, em Roma. No século II da Era Antiga, Roma conheceu um novo tipo de escravo, mais culto e sábio do que seu senhor – os gregos macedônios e atenienses. Com o reinício da sua expansão pela Anatólia, Síria e Judeia, no começo do século I da mesma Era, outro tipo de escravo, ainda mais característico, passou a chegar a toda Itália. Entre os gregos, eram eles os mais articulados ideologicamente e inconformados com o domínio romano - os arruinados anatólios.

A exploração intensiva das cidades ricas do Oriente transportava da Anatólia para a Itália, além das riquezas materiais, hábeis agricultores, tintureiros, tecelões, perfumistas, cozinheiros, pintores, ferreiros, cinzeladores, músicos, engenheiros, arquitetos, literatos, gramáticos; homens e mulheres de inteligência fina tratados como mercadorias de alto valor. O patrimônio acumulado pela civilização helênica, desde as conquistas de Alexandre, passava para as mãos dos financistas italianos. Aquela gente culta e refinada via-se obrigada a vender filhos e filhas; por fim, entregavam-se como escravos, sem opção, diante da desgraça financeira provocada por dívidas compulsórias.

Roma era uma república de camponeses que se assenhoreava dos domínios e dos bens de uma civilização responsável pelas grandes conquistas do Ocidente, sem estar qualificada para administrar a oportunidade que se apresentava. Até o início da Era Cristã, Roma destrói, sem construir, algo de novo à altura daquilo de que se apropria. Pilha e arruína, pondo em perigo as cidades que se tornaram suas, e, sacando imprudentemente sobre um capital que já é seu compromete o próprio futuro. O arrefecimento dessa prática predatória se deve à crescente influência da cultura grega sobre a rusticidade romana culminado pelo Cristianismo.

Enquanto isso, tal situação calamitosa, vivida em solo grego sob a administração de pró-cônsules nomeados pela República Romana, foi encontrar uma melhora na administração de Augusto (63-14), um admirador da cultura helênica. Aí tem início uma reação arquitetada pela astúcia anatólia, para a manutenção do modelo cultural, social e econômico que os gregos asiáticos haviam conquistado, e, no entendimento deles, deveria ser estendido a toda Humanidade.

Quando Augusto esteve em visita à Ásia Menor, encontrou templos que se erguiam em sua homenagem. Havia o cuidado para que a devoção não se traduzisse apenas em algumas cidades, mas em toda a Ásia Grega. Altares foram devotadamente erguidos. Regulamentaram o culto de Augusto que deveria constar em todos os templos. Não bastava às cidades da Ásia Menor adorar o presidente da república latina; era importante que o culto se difundisse por toda parte. Esse culto era uma novidade estranha, a adoração de um deus vivo era apenas praticada no Egito, o costume na Ásia Menor era incluí-los na legião dos deuses somente depois de mortos. Enquanto na Itália se tentava restaurar a República, por que esse costume egípcio surgira repentinamente se enroscando como uma planta trepadeira no primeiro magistrado?

Depois de tentarem divinizar os pró-cônsules, que tinham um mandato curto (um ano), sabiam os gregos asiáticos que o homem certo havia chegado. Ele devia ser a força coordenadora dos interesses particulares das suas cidades, sua muralha contra a Pérsia, o protetor do seu comércio, como nas antigas monarquias helenísticas. Daí os anatolianos fizeram de Augusto um deus. Mas, não era só isso, era o início do fim de Roma.

No final do século I da Era Antiga, boa parte da classe média romana era de origem anatoliana. A desconfiança contra essa nova classe média, que decidida ia ocupando todos os espaços, fazia alguns romanos tradicionais alertarem sobre os que impunham seus hábitos estranhos e a sua moral duvidosa aos seus, como um rio que sobe o nível silenciosamente, prestes a uma absoluta inundação que poderia arrastar a honra de Roma, seus costumes e suas crenças.

A influência greco-oriental tornara-se absoluta em Roma; a partir daí, quando a cidade já não contava com a resistência cultural de eloquentes defensores das tradições romanas, como Catão (234-149), o censor, que também era um grande prosador, mas ficou conhecido pela sua intolerância às novidades estrangeiras (era função do censor fazer o censo e zelar pelos costumes).

Fazer de Augusto um deus era um bom começo. A instituição da monarquia, eleita como a forma de governo ideal no processo de dominação cultural do helenismo sobre os outros povos, era vital aos interesses dos gregos asiáticos. A influência destes sobre a rusticidade romana, consolidada pela nova classe média, encontrava no Senado Romano uma forte resistência. O apoio às antigas tradições, garantido pelo Senado com o cargo de censor, e o compartilhamento do poder entre os senadores e o primeiro magistrado, era o que de pior existia aos interesses anatolianos. Por isso, com o advento

do império, o Senado de Roma tornou-se um venerável e inútil monumento à Antiguidade. A vontade de um deus não se discute.

Os judeus também perderam com isso, porque a tradição hebraica os proibia de reverenciar outro deus que não o de Israel. Vide a política anti-judaica de Calígula no século em se que inaugurava o império. A criação do Império Romano foi um desastre para muitos, principalmente para os futuros imperadores, que foram assassinados com frequência em virtude do ambiente de ambição e intrigas que os envolvia. No Oriente, esse estado de coisas não ameaçava a pessoa “divina” do soberano. No Ocidente, o deus de mentirinha, figura estranha às tradições locais, estava em maus lençóis.

Além de tudo, o contragosto dos tradicionalistas romanos não era bastante para conter o entusiasmo com as novidades de grande parte da juventude de romana. Ovídio (43-17), poeta romano, reflete o entusiasmo com as aquisições culturais do seu povo, nos seguintes termos:

Que outros guardem as suas simpatias para o passado. Eu congratulo-me por ter vindo ao mundo agora. Esta idade condiz com meu gosto. [...]. É porque temos cuidado com o corpo e o nosso tempo não conhece já essa rusticidade que longos anos este sobreviveu aos nossos antigos avós. (OVÍDIO, 1965, p. 111)

O progresso dos costumes anatolianos foi se tornando cada vez mais evidente em Roma. Os antigos monarcas da Anatólia eram também o grande sacerdote. Os imperadores romanos igualmente reservariam para si o grande pontificado (servir de ponte entre os homens e os deuses). Os imperadores asiáticos não podiam esquivar-se à obrigação de estarem presentes nas festas muito importantes. Exatamente como eles, os imperadores romanos exerceriam em carne e osso o culto de Júpter Capitolino. Os gregos asiáticos moldavam a seu gosto a nova Roma, ao tempo em que asseguravam seus interesses no comércio internacional.

Ao desembarcar na Ásia Menor, Augusto entrara em contato com uma das três maiores regiões industriais do mundo antigo, e que eram, precisamente, a Ásia Menor, a Síria e o Egito. (FERRERO, 1965, P. 138)

As cidades gregas da Ásia Menor eram de longe as mais ricas e representativas desse poder econômico. Em Roma, muitos ex-escravos anatolianos se beneficiaram largamente da onda de prosperidade comercial iniciada com a Paz de Augusto. Um deles, que teria perdido grande parte da sua fortuna nas guerras civis, deixou, ao morrer, 3600 juntas de bois, 250 mil cabeças de gado miúdo e, o que quase se incluía na descrição de gado, 4116 escravos. A escravidão era o motor da economia na Antiguidade e, o fato de um ex-escravo possuir tantos escravos, dá uma ideia do poder econômico e do prestígio social desses “novos romanos”.

O historiador italiano Guglielmo Ferrero (1871-1942) acreditava que Júlio César talvez ambicionasse conciliar a aristocracia e a democracia no imperialismo. Uma Roma remodelada pela cultura helênica iluminaria o mundo. Governada com o auxílio de uma classe média abastada e culta e de uma aristocracia enérgica e prudente, franqueada aos homens e às ideias novas, tal república cumpriria o ideal de hegemonia universal de Alexandre.

A nova situação política e econômica, que se encontrava em curso, favorecia sobremaneira a uma transformação profunda no mundo antigo. Roma era uma leoa de estômago cheio, numa soneca tranquila ao pé de uma frondosa árvore, enquanto seus filhotes brincavam sem vigilância. Tudo era muito oportuno aos gregos: os dominados, mais sábios e consequentes, tinham nas mãos seus dominadores, que constituíram fortunas à custa de guerras e despojos, e, naquele momento, eram os dominados os favorecidos no aprimoramento da ciência do capital com a Paz Romana, a construírem suas fortunas nos tempos de paz. O financiamento para qualquer projeto no sentido de se preservar e dar seguimento aos interesses helênicos estava garantido.

A grande virada grega havia se iniciado e se desenhava com a implantação do império. No entanto, o ódio grego havia deixado uma escandalosa mancha de sangue, iniciada na sua inauguração, primeiro século da Era Cristã, e continuava avançando como numa campanha de extermínio difícil de justificar. Depois da guerra de 66-70/3, sob Nero (54-68), outra guerra promovida pelo mesmo ódio se deu sob Trajano (98-117), a guerra de Kitos (115-117). Na sequência, o imperador Adriano, apaixonado pela cultura helênica, reconstruiu Jerusalém como uma cidade grega, pensando erigir uma estátua de Zeus no lugar do segundo templo, provocando mais uma revolta (132-135).

Novamente massacres, milhares de mortos e a proibição dos judeus à Jerusalém, ou à Aelia Capitolina, como passou a se chamar a cidade.

Mesmo sem o templo e a perda de Jerusalém, os judeus voltavam a se organizar. O estrago foi grande, mas não definitivo como se pretendia. Desde o século III da Era Antiga os gregos tentavam sem sucesso liquidar o Judaísmo pela força. Entretanto, não havia interesse romano nessa desmesurada obsessão e nem todos os imperadores eram influenciáveis ao ponto de tomarem para si o propósito deles. Como já vimos, depois de Otávio Augusto, a sorte dos judeus passou a depender do entusiasmo do imperador romano pelo helenismo, o que ainda não era o bastante para os gregos. No século II da Era Cristã Antonino Pio (136-161) deixou isso claro, ao revogar a política anti-judaica do seu antecessor, o imperador helenista Adriano (117-136), restituindo o direito da liberdade de culto aos judeus. Aliás, sob dois dos Antoninos a sorte dos judeus melhorou. O sucessor de Antonino Pio, Marco Aurélio (161-180), viria a conceder a cidadania romana aos judeus. A inutilidade de tais ações de custo elevado levou os inimigos do Judaísmo a outro raciocínio. Era hora de mudar.

Tem início uma história difícil de aceitar, para alguns, e fácil de compreender, para todos. A experiência jônia foi fundamental no seu desenvolvimento e a cultura helenística, por si só, já dava uma pista do que viria a ser a solução definitiva. Esgotados os recursos do bem e do mal, o jeito seria usar a força do adversário contra ele mesmo. Uma solução polêmica, mas não havia escolha. Precisavam ser ágeis naquele momento, porque nesse mesmo século II ganhava força o gnosticismo, que condenava o deus de Israel como um farsante no lugar do verdadeiro Deus. O antigo antis-semitismo, que se comprazia com essa nova opção helenística, seria mais uma grande dificuldade à pretensão de um Judaísmo grego, o antídoto contra o autêntico. Por isso, o gnosticismo precisava ser vencido o quanto antes.

A revogação da política anti-judaica de Adriano, por Antonino Pio, foi o momento certo para se mudar de estratégia, porque o Judaísmo não se encontrava mais na ilegalidade e tentaria recuperar o tempo perdido. Todavia, em vantagem nessa guerra cultural, os gregos teriam algum desgaste ao enfrentarem a si mesmo, o que não era novidade alguma, apenas um risco calculado. O foco do gnosticismo se encontrava em Alexandria, no Egito, conhecido centro antis-semita, que não era tão poderoso assim, uma vez que a ascendência anatoliana se mostrou evidente em todo esse processo.

Tratava-se de um projeto de longo prazo e a maioria dos propagandistas da nova cultura vinha da Ásia Menor. A Síria e o Egito gregos também tiveram um papel de vanguarda na sua elaboração, que se formava a partir daquela oportunidade. A capital do império seria o centro de irradiação para os seus domínios, servindo-se das inúmeras estradas construídas para as legiões. Todos os caminhos, tanto levavam quanto partiam de Roma. A partir de 140 começou a chegar àquela cidade uma leva desses propagandistas peculiares, para fundarem as primeiras escolas dedicadas à formação dos servidores da nova cultura.

Nada mais grego do que a atenção aos métodos educativos. A implantação de uma nova cultura era uma tarefa hercúlea, mas Hércules era grego. O novo Judaísmo era, sem dúvida, uma afronta a eles próprios, um remédio amargo reservado pelo destino que teriam que engolir. Se não foram capazes de convencer os judeus das vantagens do helenismo e nem conseguiram exterminá-los, podiam, ao menos, botar um freio nas conversões e, redirecionando os sebómenoi (os que temem a Deus), até quem sabe pescarem alguns judeus incautos. Seria um ótimo começo.

O anatoliano Irineu (130-200), um dos continuadores desse movimento, inimigo ferrenho do Judaísmo e do gnosticismo, defendia que a unidade e a existência da nova cultura dependiam do Antigo Testamento, que “preparava a Humanidade para o dom do Espírito.” Muito estranho, não?

O apelo por um mundo unido é forte e tocava a sensibilidade de muitos. Era o sentimento de uma época de gente culta. Para tanto, os gregos teriam que ser mais eficientes do que foram os persas, porém; não contavam com uma política religiosa que os auxiliasse na unificação de povos com costumes diferentes. A crença religiosa era o único ponto em comum entre todos os povos. Afinal, o Homem é um deus caído. Evidentemente, tal ajustamento teria que se dar por aí. Daí a importância da antiga experiência jônia. Os jônios aprenderam muito com as crenças mesopotâmias que influenciaram a Anatólia, por causa do seu intenso comércio. A crença judia era uma delas. Segundo essas crenças, era pelas leis dos deuses que os homens deviam ser governados. Os mais antigos códigos da Humanidade se fizeram assim.

É comum confundir “fazer política com religião” com “política religiosa”. Esta última, no caso, além dos perigos que oferece, é um método eficiente para a focalização da vontade, disponibilizando as reservas interiores ao indivíduo, abrange a origem

alegórica do povo judeu, a história, a religião, o código civil, o código penal, o direito do trabalhador, as relações sociais, a família, a saúde, etc. Enfim, tudo devidamente codificado e bem amarrado num único pacote de cunho religioso. Fruto da praticidade mesopotâmica. Não se precisava explicar nada ao sujeito, os deuses querem assim e pronto! O Antigo Testamento era o segredo da sobrevivência do Judaísmo e também se prendia à educação.

Educação e religião formavam a combinação fundamental. O primeiro passo seria dar um fim à rigidez mosaica, tornando o novo Judaísmo mais flexível e sensível aos costumes helenísticos, na medida do possível, é claro! Não se podia insultar mais o deus de Israel, que deixava de ser um farsante para assumir o reino dos céus perante os gregos da periferia. O segundo passo seria eliminar a exigência da deplorada circuncisão. Desse modo se reuniria a família em pouco tempo, tornando o Judaísmo grego mais ágil e fortalecido para prosseguir.

A extrema audácia desse movimento fomentado por uma elite cultural criou um filho para o Deus de Israel, uma antítese ao próprio Judaísmo, a partir de uma profecia judia. Foram perfeitos: o filho, na pele do messias salvador, estabelecia uma nova aliança com a Humanidade, e não só com os judeus. Uma resposta aos anseios populares da época e um muro de contensão à expansão do Judaísmo.

Como é notório, e muito apropriado às circunstâncias que envolvem uma história dessas, o messias salvador da Humanidade acabou morto por vontade dos judeus. Assim sendo, a sorte desse povo “deicida” e “inimigo da Humanidade” ficou selada pelos seus desafetos culturais.

Não é à toa que todos os documentos referentes foram escritos em grego, exatamente em *koiné*.

O documento principal de que dispomos para conhecer as primeiras décadas da Igreja é constituído pelos Atos dos Apóstolos [...]. Quem escreve é grego e escreveu para gregos [...]. (DANIÉLOU; MARROU, 1966, p. 27)

A unidade helenística afirmava-se principalmente na língua, o *koiné*. Até então, não havia uma língua grega, sim vários dialetos escritos e falados pelo povo grego. O ático não era a única língua literária. Píndaro escrevera em dórico e Heródoto em jônico. O ático era apenas o mais prestigioso dos dialetos do mundo grego. Alexandre falava o jônico tanto na vida oficial quanto na vida privada, recorrendo excepcionalmente à sua língua nacional. Foi o ático, auxiliado pelo jônico, que contribuiu com o essencial para o *koiné*, informam os professores Aymard e Auboyer.

Até hoje não se tem notícia de um único documento da época (primeiro século da Era Cristã) escrito em aramaico ou mesmo em grego ou latim. Nenhum escritor da nova cultura se manifestou nessa época porque o movimento ainda não existia.

Mack (Burton) com justeza enfatiza que todo texto que temos de Jesus é atrasado; eu diria um pouco além e os consideraria angustiantemente “tardios”. De fato, retorno à minha questão inicial sobre nossa falta de texto aramaico do que Jesus disse: não é um extraordinário escândalo que todos os textos decisivos do Cristianismo sejam tão surpreendentemente tardios? (cit. de BLOOM; MAYER, 1993, p. 127)

Posteriormente, os gregos lançaram mão de um expediente muito comum entre os helenísticos, ou seja, plantar história no passado. A literatura apocalíptica é um bom exemplo dessa prática (Apocalipse significa revelação). Expediente nada complicado para filósofos e historiadores. A guerra de 66-70/3 havia destruído todos os vestígios de uma história que nunca existiu. Foi montada com pedaços de outras.

[...] a versão tradicional sobre o nascimento do cristianismo na Palestina não é digna de fé; as informações mais verossímeis sobre as comunidades cristãs mais antigas nos levam à Ásia Menor [...] (LENTSMAN, 1963, p. 110)

É essa a versão onde os mistérios sobrenaturais não sobrevivem. A humanidade que dela transpira enlaça sem dificuldades o passado ao presente. Alguns podem não aceitá-la, mas todos podem compreendê-la.

A inadmissível inexistência de comprovações da versão cristã para os primeiros séculos encontrou críticos severos entre os próprios intelectuais cristãos, quanto à persistência dessa bruma sobre os primórdios do cristianismo. O conhecido historiador Edward Gibbon (1737-1794) critica abertamente a história da Igreja; critica Justino, tanto pela inabilidade dele como escritor, e dos apologistas que o sucederam, como lhe atribui o hábito de confundir a realidade com seus desejos e apelar para o recurso da fraude. Aliás, foi ele quem fez um estudo metuculoso das profecias judaicas. Outro intelectual cristão, Maurice Lachatre (1814-1900), se queixa da falta absoluta de historiadores verídicos e da multidão de livros em grego e latim como um obstáculo ao julgamento pessoal e igualmente reclama das fraudes pias.

As invenções são presença constante na história cristã. Uma das mais conhecidas tenta justificar a chegada da nova cultura ao poder: na noite anterior à uma decisiva batalha, o imperador Constantino sonhou com uma cruz, e nela estava escrito: “Sob este signo vencerás”. No dia seguinte, pela manhã, mandou que pintassem uma cruz nos escudos dos soldados e a vitória foi esmagadora sobre o inimigo. Uma das pérolas do seu biógrafo, o grego Eusébio de Cesaréia (265-339), o pai da história do cristianismo primitivo.

Eusébio (260-340, aproximadamente), Bispo de Cesaréia, entre outros livros, compôs a primeira História Eclesiástica que contém documentos muito importantes relativo ao século III, e, particularmente, ao século II, mas este autor falsificava frequentemente os documentos de que dispunha. Jacob Burckhardt, do qual não se poderia suspeitar de estar inclinado para o materialismo, refere-se a Eusébio nestes termos severos: “Depois das imensuráveis deformações, reticências e mentiras constatadas nos seus escritos, não se tem o menor direito de considerá-lo como uma fonte digna de confiança. Convém acrescentar a tudo isso as obscuridades intencionais, a retórica calculada, as ambiguidades sem número deste escritor”. (LENTSMAN, 1963, p. 47)

No século IV da Era Cristã, a nova cultura atingiu uma importante etapa do seu objetivo – a chegada ao poder; que se deu por intermédio do imperador Constantino (227-337). Os gregos cristãos e seus irmãos de crença romanos (sócios minoritários) assumiram prontamente a máquina estatal e não perderam tempo. Os primeiros símbolos cristãos aparecem nas moedas como instrumento de propaganda, desde 315. As últimas representações pagãs desaparecem em 323. Logo, em 330, a sede do império seria transferida para a Ásia Menor, ocupando o local de uma antiga base militar grega - Bizâncio.

O esvaziamento da importância de Roma em benefício da nova capital do império e do Cristianismo, Constantinopla, calou fundo na alma latina. Os gregos sempre desprezaram os latinos. Era o princípio do fim de uma frágil e interesseira aliança. Nasceria, então, a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Ortodoxa Grega, com o término da Igreja original, a Igreja Católica (universal).

Roma foi-se confundindo aos poucos com os reinados dependentes que em outrora lhe haviam reconhecido a supremacia; e o país dos Césares passou a ser olhado com fria indiferença por um príncipe guerreiro (Constantino), nascido nas vizinhanças do Danúbio e educado em cortes e exércitos da Ásia Menor e investido na púrpura pelas legiões da Britânia. (GIBBON, 2005, p.293)

Os Evangelhos (*Euaggélion* é uma palavra grega que designa a comemoração de uma vitória militar, o final de uma guerra, a chegada de um soberano, a resposta positiva de um oráculo. Havia também o sentido de recompensa pela gratificação paga ao mensageiro (áγγελος) da boa notícia ou mensagem (aggelia), das “boas novas”) podem ser considerados como obras históricas na medida em que relatam conceitos religiosos e costumes de uma época, nunca pela história que contam. O caráter apologético dessas obras, marco zero da propaganda institucional, é evidente. O Antigo Testamento (política religiosa judaica) e o Novo Testamento (doutrina ideológica cristã), juntos na Bíblia, nunca nos causaram espanto, porque fomos, desde cedo, acostumados a vê-los assim, preservados da crítica no abrigo do sagrado. O termo

“Bíblia” é uma forma enganosa de convencimento, por não se tratar de uma obra cuja inteireza justifique a importância que esse termo alcançou. Pelo contrário, nela estão evidentes o conflito e o confronto instigados pelo anti-judaísmo do Novo Testamento, nos 25% que lhe cabem.

As palavras mais autênticas do Senhor dos Evangelhos não são as palavras judaicas, mas sim as não-judaicas e as antijudaicas. (STAUFFER cit. por LÄPPLE, 1973, p. 84)

Essa união de duas obras antagônicas, formando convenientemente uma terceira, sob um único título, antes de qualquer outra possibilidade interpretativa, é a prova material da cobiça (do valor pedagógico) do alheio. O Antigo Testamento ali está como o espólio de uma guerra cultural da qual não se deu notícia.

Quero crer que, à medida que as evidências forem chegando ao conhecimento público, os antigos contos religiosos encontrarão seus lugares precisos na história do aprendizado humano. O estímulo a pesquisas favorece ao esclarecimento, que tem um papel fundamental na arte do aprimoramento de uma moralidade cheia de lacunas. Moral significa costume, e a nossa cultura Heleno-Judaica nada mais é do que a mistura de costumes antagônicos (gregos e judeus). Daí as suas contradições. Pudera, foi concebida em função de uma realidade que não existe mais. Portanto, a importância do conhecimento desse processo, que deu início a uma nova cultura e, posteriormente, a uma nova Era, não deve ser minimizada.

O olhar livre de preconceitos propicia a assimilação do saldo positivo das experiências passadas e libera a Humanidade para o próximo passo, sem traumas, disputas e ressentimentos. O professor Toynbee chegou a arriscar o prognóstico de que o grande confronto do século XXI seria entre cristãos e islâmicos. Tomara que não. Num confronto entre convicções desse tipo tudo mais vira detalhe.

No dia 1º de setembro de 2004, numa quarta-feira, terroristas islâmicos, chechenos e árabes, fizeram 1200 reféns numa escola em Beslan, na Rússia, de tradição cristã ortodoxa. Mais de duas dezenas de sequestradores, armados com metralhadoras, pistolas e explosivos, invadiram a escola e confinaram os reféns no ginásio. Os

terroristas ameaçavam matar cinquenta crianças para cada um deles que fosse morto pela polícia ou pelo exército. No dia seguinte, quinta-feira, os terroristas libertaram 26 mulheres e bebês, mas não permitiram a entrada de água e comida para os reféns. Apesar de a polícia não ter tentado invadir o prédio, ouviram-se tiros e explosões de granada durante todo o dia dentro da escola.

Crianças perguntaram à professora: Eles vão nos matar? Vão? O que fizemos de errado?

Na sexta-feira, dia 3, o desfecho trágico contabilizava mais de uma centena de crianças mortas.

“O que fizemos de errado?” é uma boa pergunta por que nada é inexplicável na História. Toda solução se inicia com a admissão do erro, que é parte do aprendizado. Por outro lado, precisamos aceitar o fato de que a solução de hoje pode ser o erro de amanhã. A persistência nele por poder, vaidade, falta de coragem ou comodismo é tão humana como são as virtudes. A escolha e o risco serão sempre nossos.

Não só essa história de grego justifica tudo, outras questões tomam seu lugar na fila. O motivo da existência da religião precisa de esclarecimento. Afinal, o que é religião? Esse poder ameaçador, referenciado nos escritos mais antigos da História, não conseguirá conservar eternamente na sombra a sua verdadeira identidade.

[...] Porque não há coisa alguma escondida, que não venha a ser manifesta: nem coisa alguma feita em oculto, que não a ser pública. (Mc 4:38-21)

Livre de temores, a consciência humana não tem limites. Seria preciso desconstruir o Homem para limitá-la. Não é admissível que ele desconheça a sua própria origem quando o seu conhecimento já pode ir tão longe.

[...]. A verdade exerce uma atração própria e tem as suas exigências para com os seus servos, como Demócrito

sentiu, ao dizer que preferia descobrir a razão de ser de uma só coisa a possuir o reino dos Persas. (BOWRA, 1977, p. 256)

Bibliografia

ALBA, André. *História Universal – Roma*. São Paulo: Mestre Jou, 1964.

ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antigüidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

AYMARD, André; AUBOYER, Jeannine. *História geral das civilizações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1958.

ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS. *O Homem em busca de Deus*. São Paulo. 1990.

BARSTOW, Anne Llewellyn. *Chacina de feiticeiras: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BÍBLIA

BOWRA, C. M. *A experiência grega*. Lisboa: Arcádia, 1977.

BRANCO, Raul. *Pistis Sofia: os mistérios de Jesus: (texto, interpretação, comentários)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BURNS, Edward McNall. *História da civilização: o drama da raça humana*. Porto Alegre: Globo, 1979.

CONRAD, Philippe. *Os Hititas e as antigas civilizações anatolianas*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979.

CONTENEAU, Georges. *A Civilização de Assur e Babilônia*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1979.

DANIÉLOU, Jean; MARROU, Henri. *Nova história da Igreja: dos primórdios a São Gregório Magno*. Petrópolis: Vozes, 1966.

DAVIES, Robertson. *Os anjos rebeldes*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

DROYSEN, Johann Gustav. *Historik*. Ed. Peter Leyh. Stuttgart; Bad-Canstatt: Fromann-Holzboog, 1977. (*)

DURANT, Will. *César e Cristo*. Rio de Janeiro: Record, 1971.

DURANT, Will. *Nossa herança clássica*. Rio de Janeiro: Record, 1971.

EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

EYMERICH, Nicolau. *Manual dos inquisidores*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

FERRERO, Guglielmo. *Grandeza e decadência de Roma*. vol. I, Porto Alegre: Globo, 1965.

FRIEDMAN, Richard Elliot. *O desaparecimento de Deus: um mistério divino*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FROMM, Erich. *O dogma de Cristo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GARBAGLIO, Giuseppe. *São Paulo: o homem do evangelho*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. Ed. abreviada. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- GIORDANI, Mário Curtis. *História da Grécia*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- GRANT, Michael. *História das civilizações: o mundo de Roma*. Lisboa: Arcádia, 1977.
- H. RENCKENS, S.J. *A religião de Israel*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- HEERS, Jaques. *História medieval*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
- HORSLEY, Richard A. *Arqueologia, história e sociedade na Galiléia*. São Paulo: Paulus, 2000.
- JACQ, Christian. *O mundo mágico do antigo Egito*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.
- JOHNSON, Paul. *História dos judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- LEICK, Gwendolyn. *Mesopotâmia: a invenção da cidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- KANT, Immanuel, *Crítica da razão prática*, Rio de Janeiro: Ediouro, s/ data.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *Malleus maleficarum*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
- LACHATRE, Maurice. *Os crimes dos papas*. São Paulo: Madras, 2004.
- LÄPPLE, Alfred. *As origens da Bíblia*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- LENTSMAN, Jacó Abramovitch. *A origem do cristianismo*. São Paulo: Fulgor, 1963.
- LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1967.
- LEVIN, Meyer. *Israel de Abraão a Dayan*. São Paulo: Companhia Brasileira de Divulgação do Livro, 1967.
- LOBO, R. Haddock, *História Geral: história antiga*. São Paulo: Melhoramentos, 1960.
- MARROU, Henri Irénée. *Do conhecimento histórico*. 2ª ed. Lisboa: Áster, s./ data.
- MENUHIN, Moshe; MEZVINSKY, Norton; WINSTOCK, Nathan. *Judaísmo versus sionismo*. Rio de Janeiro: Delegação da Liga dos Estados Árabes, 1969.
- MESSADIÉ, Gerald. *História geral do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

- MEYER, Marvin. *O Evangelho de Tomé: as sentenças de Jesus*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.
- MONROE, Paul. *História da educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- NIETZSCHE, Friedrich W. *Assim falou Zarathustra*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1967.
- NUNES, Ruy Afonso da Costa. *História da educação na Antigüidade cristã*. São Paulo: Pedagógica Universitária e Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- OVÍDIO. *A arte de amar*. Coleção Clássicos. Lisboa: Presença, 1965.
- PAGELS, Elaine. *Além de toda crença: o Evangelho desconhecido de Tomé*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- PAGELS, Elaine. *Os Evangelhos gnósticos*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- PIRENNE, Jacques-Henri. *Panorama da História Universal*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- RATTNER, Henrique. *Nos caminhos da diáspora*. Organização: Professor Henrique Rattner. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos Judaicos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972.
- REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ROSTOVTZEFF, Michael Ivanovich. *História da Grécia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- RUNCIMAN, Steven. *A civilização bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- RUSSEL, Bertrand, *História do pensamento ocidental*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- RUSSEL, Bertrand. *História da filosofia ocidental*. São Paulo: Companhia Editorial São Paulo, 1957.
- SAGAN, Carl. *Os dragões do Éden*. São Paulo: Círculo do Livro, s/ data.
- SEYMOUR-SMITH, Martin. *Os 100 livros que mais influenciaram a humanidade: a história do pensamento dos tempos antigos à atualidade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002

SILVA, Lina Goresnstein Ferreira da. *Heréticos e impuros: a Inquisição e os cristãos-novos no Rio de Janeiro – século XVIII*. Rio de Janeiro: Secretaria municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação, Divisão de Editoração, 1995.

SITCHIN, Zecharia. *Gênesis revisitado: as provas definitivas de que os extraterrestres estiveram entre nós*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2005.

TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo – História de uma civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VANDERKAM, James C. *Os manuscritos do Mar Morto hoje*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6ª ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

WELBURN, Andrew. *As origens do cristianismo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

Outras fontes:

José Eduardo Barela, “Massacre dos Inocentes”, *Veja*, página 112, edição 1870, 8 de setembro de 2004.

Marília Teresa Bandeira de Melo. Mitra, mitraísmo: o sacrifício do touro. Pesquisas Especiais Barsa Society CD-ROM. Nova Enciclopédia Barsa 2002.

Pedro Espínola Pereira Caldas – professor Adjunto do Instituto de História da Universidade de Uberlândia. (*) *Líber Intellectus*, v. I, n. 1, junho de 2007. http://www.liberintellectus.org/artigos_Pedro.pdf